

## Programa Para Fortalecimento da Mídia em Moçambique

### RELATÓRIO DE GÉNERO NA MÍDIA

**Março de 2016**

---

#### **Objecto de Análise:**

**Jornais:** Notícias, OPaís, Diário de Moçambique, Mediafax, Correio da Manhã, @Verdade, Canal de Moçambique, Magazine Independente, Zambeze, ExpressoMoz, Domingo, Savana, Público e MídiaLab<sup>1</sup>.

---

#### **Seguem abaixo os pontos-chave para o mês em análise, e algumas matérias aleatoriamente selecionadas:**

- No mês de Março foram publicados na Mídia moçambicana, **31** artigos sobre **Género**<sup>2</sup>, **Violência Baseada no Género (VBG)**<sup>3</sup> e **Tráfico de pessoas**<sup>4</sup>, uma redução de 7 artigos se comparado com o mês anterior (Fevereiro com 38);
- Entretanto, quanto aos temas cobertos: Género configura com 10 matérias (um acréscimo de 2 matérias em relação ao mês de Fevereiro), VBG com com 10 e Tráfico de pessoas com 11 matérias (Reduziu em 6 matérias em relação ao mês de Fevereiro);
- Dos Mídias que mais cobriram estes assuntos, o destaque vai para o jornal **Diário de Moçambique** com com 9 matérias seguido do jornal **OPaís** com 4 matérias, para os diários. O Jornal **Canal de Moçambique** para os semanários vai com 4 matérias seguido pelo **Magazine Independente** com 3 matérias;
- No tópico **Tráfico de Pessoas** – O pano de fundo continua a ser rapto e assassinato de pessoas com problemas de pigmentação da pele (Albinos) para fins obscuros que em alguns casos em convivência com seus familiares. Outrossim, o governo face a este cenário aprovou medidas para responder não só aos actos de que os albinos são vítimas como também o tráfico de pessoas no seu todo;
- No tópico **VBG** – Celebrou-se no mês de Março o dia Internacional da Mulher e na senda desta data foram veiculadas na mídia muitas matérias relacionadas com questões de VBG, sendo a mulher a maior vítima.
- No tópico **Género** - Aborda-se mais as questões que envolvem a mulher inserida numa sociedade que em muitas vezes é caracterizada de machista. A mulher é o maior objecto de emancipação rumo a igualdade de género. Porém, algumas matérias publicadas na esteira do mês da mulher revelam que nem toda mulher, diga-se que esteja emancipada e no cargo de tomada de decisão é sensível á questões de género e/ou igualdade de género, o que torna esta luta cada vez mas renhida.

---

<sup>1</sup> Este jornal é um produto produzido pelos jornalista estagiários do MSP com fins académicos.

<sup>2</sup> São normas socialmente definidas que indicam, diferencialmente, as mulheres e homens (raparigas e rapazes) para as suas atuações em sociedade (papéis, direitos e obrigações, oportunidades e níveis de poder que podem/devem deter..)

<sup>3</sup> Consiste no recrutamento ou acolhimento de pessoas para obter benefícios económicos indevidos, dentro ou fora do território nacional, podendo recorrer a ameaças, o uso da força ou outras formas de coação para obter o consentimento com finalidade de exploração sexual, laboral ou para a extração dos órgãos humanos.

<sup>4</sup> É a violência baseada em indivíduo que pode ser Homem ou Mulher, exercida tanto em espaço público como no privado baseado no seu sexo biológico e ou na sua identidade de género.

## Anexos:

### 1 - Tráfico de Pessoas

**Jornal:** Diário de Moçambique; **Dia:** 4

**Título:** Raptos de albinos constituem grande preocupação do Governo de Tete

- Em relação a onda de raptos, assassinato e exumação de campas de pessoas portadoras de albinismo, o Governo da Província de Tete manifestou a sua insatisfação perante este acto classificado de “macabro” durante o discurso oficial da abertura do ano judicial. Porém, a matéria não revela de que forma pretende acabar ou minimizar este acto que ja vem com antecedentes assustadores;
- O jornalista reproduz neste texto apenas a opinião do governador Paulo Auade sem entretanto fazer o cruzamento com as outras fontes da polícia para ter as reais causas deste acto e/ou pessoas já detidas em conexão com o caso;
- Em termo de fontes é um texto pobre e monótono o que de certa forma limita ao leitor ter o alcance deste acto.

4 SOCIEDADE & POLÍTICA DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE, 04 DE MARÇO DE 2016

# Raptos de albinos constituem grande preocupação do Governo de Tete

— governador Paulo Auade, ontem na abertura do ano judicial

Por ANTÓNIO CHIMUNDO

Angónia.

O governador de Tete, Paulo Auade, disse há dias que o seu Executivo está preocupado com a onda de raptos e desaparecimento de pessoas com problemas de pigmentação da pele, albinos, uma situação que tem vindo a abalar esta província, somando já sete vítimas, seis das quais crianças dos seus cinco anos e a outra um jovem de 19 anos de idade, dos distritos de Marara, Moatize e

Paulo Auade, que manifestou esta inquietação na cerimónia de abertura do ano judicial de 2016, que decorreu sob o lema: “*Pela Prevenção e Combate ao Crime Organizado e Transnacional*”, referiu que o seu Governo também está preocupado com a vandalização das campas para exumação e posterior tráfico de ossadas humanas, sendo que nove indivíduos presumivelmente envolvidos encontram-se presos,

na sequência da sua captura pela Polícia ao serem surpreendidos na posse de ossos humanos, cujo corpo foi exumado no distrito de Chemba, em Sofala.

“O combate a estes fenómenos só pode ter sucesso com uma ampla investigação sobre as reais motivações e melhor organização do nosso sector da justiça” – sublinhou, acrescentando que “*não nos satisfazem as informações sobre a implementação da lei de probidade pública. Principalmente o processo de declaração dos bens por parte das autoridades abrangidas e igualmente não nos deixa sossegada a conservação dos nossos recursos naturais, com relatos de actos anti-éticos na sua exploração e exportação*”.

Auade garantiu que como Governo da província, “*continuaremos a apoiar o sector da justiça na criação de infra-estruturas e de condições para o seu apetrechamento e funcionamento*”. Disse que assim, o objectivo do Governo, na área da Justiça, e no âmbito do princípio da interdependência dos órgãos do Estado, é garantir a monitoria integrada, tendo em vista o desenvolvimento harmonioso das instituições deste sector, assegurando, dentre outras competências, a construção de infra-estruturas necessárias ao seu adequado funcionamento.

“Portanto, queremos contribuir para que o sector da justiça, nas suas decisões, seja cada vez mais célere, justo e efectivo” – afirmou o governador de Tete, referindo ainda que “*queremos, aqui e agora, congratular a implantação das procuradorias em todos os distritos da nossa rica e bela província. Igualmente, saudamos os esforços para implantação dos tribunais judiciais em todos os distritos, faltando a sua concretização nos distritos de Dôa, Marara e Zumbo*”.

Paulo Auade louvou também a entrada em funcionamento da Secção Comercial, especializada na apreciação dos assuntos comerciais. A sua falta apoquentava os nossos investidores na província de Tete. Vincou que “*consideramos que a implantação dos órgãos de administração da justiça a todos os níveis contribui sobremaneira para que a justiça seja fisicamente acessível aos cidadãos*”.

## Manica

### Corrupção na justiça trava combate

**Jornal:** Notícias; **Dia:** 30  
**Título:** Mais protecção às vítimas do tráfico

- Esta matéria publicada no jornal Notícias com o Título **Mais protecção às vítimas do tráfico** revela a preocupação que os órgão de justiça tem perante este fenómeno de Tráfico de Pessoas em Moçambique.
- Aspectos relativamente importantes nesta peça são os depoimentos das fontes da justiça, que de resto vem apontar o que de muito já se sabe, proteger as fontes primárias de informação, neste caso as vítimas e os denunciante para que não sofram represálias e se intimidam em colaborar com as autoridades policiais em casos de tráfico de pessoas. É papel do Estado garantir segurança, conforto e fiscalização permanente às populações.

### Mais protecção às vítimas do tráfico

Quarta, 30 Março 2016 00:00 |  | Acessos: 130 <http://jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/53150-mais-proteccao-as-vitimas-do-trafico>



O PROCURADOR-GERAL adjunto Alberto Paulo defendeu ontem, em Maputo, acções concretas a vários níveis da Administração da Justiça com vista a proteger as vítimas de casos de tráfico de pessoas, para que não fiquem expostas aos agentes do crime organizado.

Falando durante a realização do seminário sobre o “fortalecimento da coordenação para a resposta ao tráfico de pessoas e assegurar a justiça e protecção de todas as vítimas de tráfico em Moçambique”, Alberto Paulo disse que é fundamental proteger as vítimas e denunciante para que as suas informações tenham valor e sintam-se confiantes para incentivar que mais casos sejam relatados às autoridades.

“Acima de tudo, a protecção das vítimas visa protegê-las de possíveis retaliações do crime organizado. Mais do que denunciado, os criminosos devem ser julgados e condenados, como forma de valorizar as denúncias não só das vítimas, mas de todos os que dão informações às autoridades de direito. As pessoas devem denunciar e sentirem-se seguras, daí que tudo deve ser feito para que as vítimas tenham a devida protecção” – explicou.

Por sua vez, Amabélia Chuquela, também Procuradora-geral adjunta, disse que o nosso país foi assolado durante o ano passado, sobretudo nas zonas centro e norte, por casos de rapto e tráfico de cidadãos portadores de albinismo, algo novo no país, mas que não o é no continente. Referiu que já se está a trabalhar na prevenção e repressão para que se possa minimizar o fenómeno.

“Essencialmente, temos no nosso país o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, exploração laboral e também para extracção de órgãos. O grupo-alvo dos traficantes são as mulheres e crianças, dada a sua situação de vulnerabilidade. Contudo, em termos de normas legais, o nosso país tem as condições mínimas para poder reprimir o tráfico de pessoas” – apontou Amabélia Chuquela.

Mesmo sem se referir a números, a procuradora-geral adjunta sublinhou que existem processos julgados e com autores condenados por serem responsáveis do tráfico de pessoas, existindo outros processos que ainda estão em investigação, cujos autores não foram identificados.

“Quando falamos de crime organizado, nem sempre é possível chegarmos aos seus autores. Mas existe um trabalho no sentido de esclarecer estes casos. Igualmente, estamos preocupados com todas as zonas fronteiriças do nosso país que provavelmente estejam a ser usadas para o tráfico internacional. Em parceria com a África do Sul, na fronteira de Ressano Garcia, e o Zimbabwe, em Machipanda, estamos a trabalhar na garantia da segurança. Não podemos, de forma alguma, descuidar a segurança nestes locais ou em outras fronteiras. Sabemos que os traficantes mudam a sua forma de actuação e os postos que usam, daí que é necessário que estejamos à altura de conseguir controlar a situação em todos os postos. Brevemente, faremos isso também com a Suazilândia, na fronteira da Namaacha” – indicou Amabélia Chuquela, sublinhando que a cidade de Maputo, a nível nacional, e África do Sul, a nível internacional, continuam a ser os destinos preferenciais do produto do tráfico.

Por seu turno, Khatarina Schnoring, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), parceira da PGR nesta iniciativa, assegurou que vai reabilitar três centros de acolhimento de vítimas de tráfico. Numa fase inicial, segundo Khatarina Schnoring, serão agregadas trinta vítimas do tráfico nas províncias de Maputo, Gaza, Tete e Nampula, onde o projecto será implementado em três anos.

Para a OIM, um dos grandes objectivos deste projecto é ver melhorada a actuação dos magistrados, polícias e oficiais de fronteira para que prestem mais atenção à questão do tráfico.

O encontro, que reuniu magistrados do Ministério Público e agentes da Polícia de Investigação Criminal (PIC) provenientes de todo o país, visa dar a conhecer aos principais intervenientes em matéria de tráfico de pessoas o fortalecimento da coordenação para a resposta ao tráfico de pessoas e assegurar a justiça e protecção de todas as vítimas de tráfico em Moçambique, bem como definir necessidades e prioridades do Grupo de Referência Nacional e outros actores relevantes no combate ao fenómeno.

**Jornal:** Opaís, e Zambeze - **Dia:** 10 e 7

**Título:** Relatório da LDH denuncia rotas de tráfico de órgãos humanos

- A publicação do relatório da LDH que denuncia rotas de tráfico de órgãos humanos foi coberto em dois órgãos de informação, nomeadamente OPaís e Zambeze;
- É basicamente a apresentação de um estudo efectuado de 2010 a 2014 pela Liga dos Direitos Humanos sobre o fenómeno tráfico de seres humanos no país e, que revela as principais rotas deste acto;
- A diferença destas duas matérias reside fundamentalmente na estrutura dos textos, sendo que o jornal OPaís começa com a descrição de um personagem vítima deste acto relegando para o fim do texto o lançamento do relatório, como sugere o título;
- O jornal Zambeze fala em concreto do que traz o relatório da LDH.
- Estes textos revelam acima de tudo a necessidade dos órgãos de justiça e legislativo a prestarem mais atenção a este fenómeno, que não é novo e configura como um crime organizado e não dispõe de base juridico-legal que garanta a aplicação das medidas penais aos traficantes;
- Os textos pese embora informativo e com conteúdo relevante, não vão para além de uma fonte. Uma vez mais os jornalistas limitaram-se em citar o estudo sem entretanto questionar as autoridades judiciais sobre o ponto de situação de tráfico no país.

1.

8 • O País • Segunda - feira, 07 de Março de 2016

# SOCIEDADE

*Relatório da LDH sobre tráfico de órgãos revela horrores*

Raúl Massingue  
sociedade@solco.co.mz

Um menor, um retrato de horror, órgão genital decepado, uma vida mergulhada no medo e no trauma, cegueira: uma obra do tráfico de órgãos em Morrumbala, na Zâmbia. "Eu arranco os olhos dele e você o sexo", ouviu a vítima de apenas 14 anos, antes dos extractores cometerem o acto bárbaro.

O caso deu-se em 2010, numa zona rural junto à fronteira com o Malawi: os vilões, dois vizinhos. Depois de convidarem o menor a um bananal com pretexto de caçar passarinhos, os mal-intencionados deixaram a vítima inconsciente, com recurso a uma pedra. E, através de uma faca, um garfo e uma tesoura, deceparam o genital e arrancaram os olhos do menor. Convencidos de que a morte era certa, abandonaram o menino no local. O que eles não esperavam era que a mulher do receptor dos órgãos fizesse a queixa e que o menor fosse encontrado no dia seguinte com vida.

E o destino dos órgãos? Malawi, onde seriam vendidos a um comerciante bastante influente. O certo é que os dois indivíduos foram condenados a 20 anos de prisão. Cumprem pena na Penitenciária Industrial de Nampula.

## MARCAS QUE O TEMPO NÃO APAGA

Feridas que não se apagam com o tempo, lembranças assombrosas e sem poder ver a sua realidade - assim vive a vítima. A acção brutal mudou por completo a vida do adolescente.

Devido à gravidade dos ferimentos, o menor passou por várias intervenções cirúrgicas e a solução mais eficiente foi "oferecer a condição para o menino urinar como uma mulher". Psicólogos avançam que a barbaridade do acto está a afectar a capacidade de aprendizagem, dado que o menor é considerado inquieto e há momentos em que é agressivo.

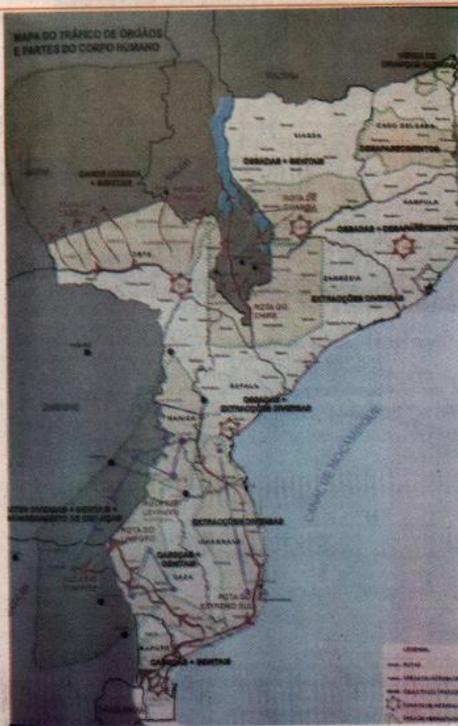
Esta história faz parte de vários relatos de sobreviventes, testemunhas e extractores recolhidos e compilados ao longo do país num relatório divulgado, sexta-feira última, pela Liga dos Direitos Humanos. O estudo, que foi realizado entre 2010 e 2014, revela cenários chocantes, os actores e os contornos do crime no país.



**Vidas arruinadas pela ganância...**

## As rotas do tráfico

A equipa de investigadores apresenta um mapeamento das rotas de tráfico e suas especificidades. Para a região norte, o destaque vai para a rota de Cuamba, que serve de saída de órgãos genitais e ossada humana para fins de feitiçaria no Malawi. Para as províncias de Cabo Delgado e Nampula, a investigação constatou a existência de desaparecimento, transporte de ossada humana e venda de crianças albinas principalmente na zona fronteiriça com Tanzânia. Na zona centro, as rotas são de Chire, Nchinji e da Zâmbia, que abrangem partes das províncias da Zâmbia, Tete, Sofala e Manica, que vão desaguar no Malawi e na Zâmbia. O estudo garante existirem quadrilhas especializadas em raptos e extracções, o que faz com que, em algumas regiões, haja um recolher obrigatório. E, na zona sul, a pesquisa revela a existência de três rotas, nomeadamente, Levhuvu, Limpopo, Tchipise e do extremo sul. Estas servem de transporte de genitais, cabeças e outras partes do corpo humano para África do Sul, Zimbabue e Suazilândia.



Fonte: Tráfico de órgãos e partes do corpo humano - um crime organizado aos olhos do Estado (2010-2014).

## INOPERÂNCIA DO ESTADO

Presente na cerimónia, Alice Mabota, presidente da Liga dos Direitos Humanos, criticou a inoperância da Polícia e outras instituições do Estado perante este tipo de crime. Para Mabota, não faz sentido que o parlamento moçambicano não se preocupe em estudar os contornos deste crime. A presidente da Liga denunciou que, durante os trabalhos, se depararam com situações em que os criminosos foram detidos e, depois, libertos.

O estudo critica a falta de assistência às vítimas de extracções de órgãos, que vêm as suas vidas arruinadas e, algumas vezes, sem condições de assistência médica. Por outro lado, o estudo diz que as quadrilhas são bastante organizadas, que cada elemento tem o seu papel, existindo o receptor, o extractor, o intermediário e os transportadores.

Revela ainda que, em muitos casos de tráfico, os órgãos se destinam a fins obscurantistas e medicinais. É neste sentido que aconselha o Ministério da Saúde a cadastrar os verdadeiros médicos tradicionais, para que se consiga diferenciar dos falsos praticantes. ■

2.

Quinta-feira, 10 de Março de 2016

NACIONAL **ZAMBEZE** /19

# Relatório da LDH denuncia rotas de tráfico de órgãos humanos

O relatório sobre o tráfico de órgãos e partes do corpo humano, referente ao período entre 2010 e 2014, divulgado semana passada pela Liga dos Direitos Humanos (LDH), revela que os principais postos fronteiriços nacionais têm sido os locais preferidos pelos traficantes.

De acordo com o documento, que resulta duma investigação realizada pela LDH em todo o país, o tráfico de órgãos e partes do corpo humano é muito acentuado nas zonas fronteiriças nacionais com os países vizinhos, com destaque para Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabue, Suazilândia e África do Sul.

No entanto, adianta o documento, estes actos bárbaros não só se registam nas comunidades fronteiriças como também em vários corredores nacionais que devem ser observados com muita atenção, tendo igualmente identificado oito rotas potencialmente usadas pelos criminosos.

Trata-se da rota de Cuamba, usada para abastecer o sul do Malawi e curandeiros-feiticeiros moçambicanos de ossadas humanas e órgãos genitais; rota do Chire usada para a fronteira entre Moçambique e Malawi, tanto por via fluvial quanto terrestre, a rota de Nchinji, habitual para os moradores da área rural da província de Tete, no eixo Furancungo-Angónia; rota da Zâmbia que abrange a área da albufeira de Cahora Bassa e a região noroeste da província de Tete; a rota do Limpopo que abrange a região entre

Moçambique, Zimbabue e África do Sul, usando o corredor Chókwe-Massingir-Giriyyondo, chegando ao Parque Nacional do Kruger, tendo como ponto focal a cidade de Chókwe.

O documento refere ainda a rota do extremo sul que refere ser muito importante, explorada com relativa facilidade e que engloba a maior fronteira terrestre nacional, a região de Ressano Garcia; a rota do Tchipse que liga as áreas zimbabueanas de Chipinge, Chiredzi e Chikombedzi à região sul-africana de Tchipise, e, por fim, a rota Levuvhu que se trata de um canal que une traficantes moçambicanos e sul-africanos sem necessidade de ingresso no território zimbabueano.

Alerta da LDH

Entretanto, falando no acto do lançamento do relatório, a presidente da LDH, Alice Mabota, referiu que o tráfico de órgãos e partes do corpo humano é um crime organizado que deve ser motivo de preocupação para os órgãos de justiça e legislativo, visto que se trata de um crime antigo que não dispõe ainda duma base jurídico-legal que garanta a aplicação das respectivas medidas penais aos traficantes.

"O tráfico de órgãos

e partes do corpo humano é uma modalidade do crime organizado com mão segmentada, tendo cada integrante suas funções: raptor, extractores, intermediários, receptores e consumidores", começou por explicar Alice Mabota.

"Com a publicação deste relatório, a Liga dos Direitos Hum

anos pretende convidar o Estado a firmar um pacto para a erradicação desse fenómeno, fora do alcance da corrupção, uma vez que o crime envolve diversas individualidades, incluindo agentes do Estado, nomeadamente a Polícia fronteiriça", acrescentou a fonte.

Relativamente as causas que levam al

gumas pessoas a enveredarem por este tipo legal de crime, a presidente da LDH apontou a baixa renda nas zonas rurais como sendo a principal razão para o recrutamento de jovens com idades compreendidas entre os 18 e 28 anos, visto ser um crime com mão-de-obra sofisticada e envolvendo uma

remuneração média que varia dos 180 mil meticais a 200 mil meticais, o equivalente a 4000 USD.

Refira-se que o relatório servirá de instrumento para estudo de direito, antropologia, sociologia, psicologia e outros campos das ciências sociais para compreender o fenómeno.Z

Comercial



**Conta com valor para o teu futuro.**

**Conta Valor Poupança**  
O teu futuro é muito importante, por isso criámos a Conta Valor Poupança que faz as tuas economias crescerem, valoriza o teu futuro e abre uma poupança hoje a partir de 100 MT e multiplica o teu valor.

Visita o Moza ou o nosso site e descobre o banco que te dá mais valor.

**MOZA**  
O valor é teu.

## 2 - VBG

**Jornal:** CanalMoz; **Dia:** 11

**Título:** Em Moçambique duas em cada três mulheres são vítimas de violência – Segundo a ONU

- No âmbito das comemorações do dia internacional da mulher, várias organizações da Sociedade Civil que trabalham com assuntos relacionados com Violência Baseada no Género “deram a cara” para falar dos problemas e/ou violências que as mulheres sofrem na sociedade, muitas das vezes perpetradas pelos próprios maridos;
- O texto abaixo é exemplo disso. Relata que num universo de 3 mulheres, em Moçambique, duas são vítimas de algum tipo de violência. A fonte primária neste texto é a ONU MULHER em Moçambique;
- O jornalista limita-se apenas em narrar a ocorrência, sem entretanto, trazer à ribalta aspectos que podem ajudar a descostruir esta prática, ou mesmo educar a sociedade sobre a necessidade de não pautar por violência para resolver diferenças. O assunto é relevante, pese embora não sendo profundo.

Segundo a Organização das Nações Unidas

### Em Moçambique duas em cada três mulheres são vítimas de violência

Maputo (Canalmoz) – A representante da Organização das Nações Unidas para a área da Mulher em Moçambique, Florence Raes, afirma: “É difícil falar de números de mulheres nesta situação. O que sabemos, de vários estudos, é que, em cada três mulheres, duas, se não sofreram, sofrem, ou sofrerão algum tipo de violência no decorrer da sua vida. Isto inclui a violação sexual, maltratos físicos, psicológicos e outros tipos de violência”. Florence Raes falava durante uma das actividades agendadas para o Mês da Mulher da África, lançado no dia 8 de Março.

A representante da “ONU Mulher” em Moçambique destacou que muitas vezes pensa-se que a violência é na rua, mas, na maioria dos casos, é na própria casa e com o envolvimento de familiares ou pessoas que conhecem a vítima. Diz também que outro grande problema “é a violência que as raparigas sofrem nas escolas” e que a luta contra este problema “deve envolver todos incluindo empresários, sector económico, porque, se as raparigas não forem à escola não terão como entrar no mercado de trabalho”.

Acrescentou que, em Moçambique, a “ONU Mulher” trabalha nas áreas de: combate à violência contra a rapariga; luta contra a cul-

pabilização das mulheres como transmissoras da sida; atribuição de poder económico à mulher no acesso ao crédito, emprego, salários iguais, participação nos grandes projectos, área em que não se vê mulheres facilmente.

“As mulheres não só produzem,

como fazem parte das grandes empresas empreendedoras. Moçambique tem um quadro legal bastante progressista e respeita a igualdade de direitos das mulheres. O que falta é redobrar esforços para a aplicação da legislação”, disse. (Cláudio Saúte)

### Cooperação Alemã doa seis milhões de euros à BIOFUND

Maputo (Canalmoz) – Um comunicado da Cooperação Alemã chegou à nossa redacção informalmente sobre a assinatura de um acordo – entre a República de Moçambique e a Cooperação Alemã, através da KFW – para a doação de seis milhões de euros à Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND).

O comunicado diz que, com esta doação, a contribuição para a BIOFUND proveniente da Cooperação Alemã perfaz um total de 16 milhões de euros. A Fundação diz ainda que actualmente possui um valor total em doações de aproximadamente 22

milhões de dólares americanos.

A BIOFUND é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cujo objectivo é fornecer um financiamento sustentável à conservação. Segundo os critérios de avaliação da “Conservation Finance Alliance” (CFA), a BIOFUND é a primeira fundação ambiental deste género em Moçambique.

Segundo o mesmo comunicado, o acordo foi assinado depois de o embaixador da Alemanha em Moçambique, Philip Sauer, ter anunciado a contribuição alemã durante a sessão solene de lançamento público da BIOFUND, realizada em Junho de 2015. (E.C.)

**Jornal:** Mediafax; **Dia:** 17

**Título:** Metade das mulheres já sofreu algum tipo de violência

## No país

# Metade das mulheres já sofreu algum tipo de violência

**(Maputo)** A Organização das Nações Unidas para as mulheres (ONU-Mulheres) declarou ontem que até cerca de cinquenta por cento das mulheres em Moçambique já sofreu, de alguma forma, de algum tipo

de violência.

Os dados foram avançados aquando da reunião que decorre em Maputo, realizada por Organizações da Sociedade Civil que lidam com

assuntos relacionados ao género. A reunião visava encontrar mecanismos mais fortes para erradicação da violência contra a mulher.

“Em Moçambique, cerca de cinquenta por cento das mulheres, nalgum momento da sua vida, sofreu alguma forma de violência, seja psicológica, sexual, ou patrimonial” disse Marta Cumbe, coordenadora do projeto sobre eliminação da violência contra mulheres e raparigas na ONU.

Num outro ponto, Cumbe disse que ainda há muito trabalho para a eliminação da

discriminação contra mulheres e raparigas, empoderamento da mulher, e alcance da igualdade entre mulheres e homens como parceiros e beneficiários de desenvolvimento, direitos humanos, acção humanitária e paz e segurança.

Com cerca de 28 associações de vários pontos do país, a reunião que termina hoje, visa também realizar troca de experiencias e intercâmbio em relação as estratégias de cada associação dedicada ao combate à violência.

**(Rafael Ricardo)**

**Jornal:** MídiaLab; **Dia:** 19

**Título:** Há exclusão de rapazes nas matérias sobre VBG

- Há que destacar foco desta matéria, que contrariamente ao habitual traz o outro lado da história quando o assunto é VBG.
- Este texto apela a necessidade de não se excluir o HOMEM quando o assunto é Violência Baseada no Género, pois, este é parte importante para resolução deste problema. Ou seja, há sempre a necessidade de incluir o homem em todas matérias desta natureza e não olhando-o como o culpado ou perpetrador do acto.

# Há exclusão de rapazes nas matérias sobre VBG

“ Temos notado que a mulher é a mais abordada quando falamos de qualquer tipo de violência, no entanto nos esquecemos do emissor deste acto, que é o homem”, Rui Maquene

## Sumeia Cassimo

O representante da Handicap Internacional, Rui Maquene apelou aos representantes da sociedade civil, em particular aos jornalistas que não excluam o rapaz nas suas matérias relacionadas a violência baseada em género. Este apelo foi feito durante lançamento do Guia de Boas Práticas sobre a violência baseada no género (VBG), produzido pela IREX no dia 10 de Março no hotel VIP. Maquene considera fundamental a inclusão do rapaz nas discussões, assim como nas publicações de matérias relacionadas a VBG porque ele é o principal perpetrador deste acto, “temos notado que a mulher é a mais abordada quando falamos de qualquer tipo de violência, no entanto nos esquecemos do emissor deste acto, que é o homem”. A fonte acrescenta que é necessário educar as crianças do sexo masculino ainda cedo, para que amanhã não contribuam para este tipo de comportamento.

Por outro lado, a representante da save the children, Nássima Figia considera o guia de extrema importância, porque contribuirá na qualidade das matérias reportadas pelos jornalistas sobre VBG. Nássima ressalva que, no guia devia ter um instrumento legal, que possa permitir com que a mulher conheça os seus



Foto: Laque Francisco - Capa do guia que vai orientar jornalistas na cobertura de VBG

direitos.

O embaixador dos Estados Unidos em Moçambique, Dean Pittman considera o papel do jornalista de extrema importância no desencorajamento do uso da violência, em qualquer sociedade. Para Pittman os jornalistas, assim como os meios de comunicação social têm um papel muito importante para moldar o pensamento da sociedade. “Esperamos que com este guia, os jornalistas reportem mais histórias de

sobreviventes vítimas da violência baseada em género”.

Falando concretamente de Moçambique, o embaixador afirma que ainda prevalece a violência doméstica, sexual e os casamentos prematuros, apesar de haver esforços por parte de algumas individualidades que lutam por um Moçambique melhor, onde a rapariga tenha os mesmos direitos com o rapaz, assim como direitos iguais a todos os cidadãos

De acordo com a Coordenadora

de Género e Mídia do Programa para Fortalecimento da Mídia, Dércia Meterula, a IREX já capacitou até o momento cerca de 90 jornalistas em matérias de violência baseada em género, especificamente em casamentos prematuros e tráfico de pessoas. Meterula acrescenta que os jornalistas influenciam significativamente no quotidiano da sociedade e o guia será mais um instrumento que irá beneficiar os jornalistas na cobertura de matérias relacionados a VBG.

### 3. GÉNERO

**Jornal:** CanalMoz, **Dia:** 09

**Título:** Cidália Chauque diz que 50% das mulheres estarão nos órgãos de decisão

- Neste capítulo regista-se esta pretensão do Governo em emancipar a Mulher em todos sentidos, tornando-a parte integrante para o desenvolvimento do país, ocupando cargos de tomada de decisão;
- Porém, a segunda matéria, logo abaixo, publicado pelo jornal @Verdade, mostra uma outra realidade, o facto de hoje, termos muitas mulheres em órgãos de decisão mas que não se mostram sensíveis a questão da igualdade de Género. Acompanhe.

Até 2030

## Cidália Chauque diz que 50% das mulheres estarão nos órgãos de decisão

Maputo (Canalmoz) – A ministra do Género, Criança e Acção Social, Cidália Chauque, disse que 50% das mulheres estarão nos órgãos de tomada de decisão no país, mas para tal é preciso preparar as mulheres “com todas as capacidades intelectuais para que elas atinjam os lugares de tomada de decisão. Elas devem participar em todos os níveis fazendo o seu trabalho”.

A governante falava ontem no Mercado Grossista do Zimpeto, de-

pois de visitar a Feira de Saúde, no âmbito das comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e disse que esta meta é o objectivo de todos Governos africanos.

Sob o lema “Planeta 50/50 até 2030: acelerar o passo rumo à igualdade de género”, o dia foi celebrado chamando a atenção dos Governos, das organizações, do sector privado e da sociedade para a necessidade de redobrar os esforços para a promoção e elevação do estatuto da mulher na sociedade.

“O 2016 é o Ano da Mulher Africana, tendo como base a inclusão social e a estabilidade social da própria mulher”, disse a ministra, e acrescentou que a atribuição de poder económico à mulher é muito importante e que isso pode permitir a estabilidade social das famílias.

#### Embaixador do Japão apoia fim da violência contra a mulher

O embaixador do Japão, Akira Mizutani, que também esteve presente na Feira de Saúde, disse

[www.facebook.com/canalmoz](http://www.facebook.com/canalmoz)

que, como forma mostrar a sua indignação perante a violência contra mulheres e crianças e perante a culpabilização das mulheres pela sida, o seu país forneceu 150.000 dólares para o projecto de apoio à

comunicação pelo fim da violência.

“Nenhuma sociedade pode atingir o seu pleno potencial quando é negada a metade da população a oportunidade de alcançá-lo. A

paridade de género é importante para olhar em frente para as inexploradas oportunidades potenciais que aguardam a actual e as futuras gerações das mulheres”, afirmou Akira Mizutani. **(Cláudio Saúte)**

**Jornal:** @Verdade, **Dia:** 04

**Título:** Mulheres nos centros de decisão em Moçambique não são totalmente sensíveis à igualdade de género



## Mulheres nos centros de decisão em Moçambique não são totalmente sensíveis à igualdade de género

*Em Moçambique existem muitas mulheres em lugares de decisão, como no Parlamento e no Executivo, por isso seria de esperar que as questões relacionadas com a igualdade de género registassem avanços mais significativos. "Nós as vezes nos enganamos pensando que sendo um assunto das mulheres todas elas vão ficar sensíveis, isso não é verdade", desmistifica Maira Domingos, da Rede de defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos em entrevista ao @Verdade onde a sua colega, Clotilde Noa, revela que uma das razões da elevada taxa de prevalência do VIH/Sida em Moçambique deve-se ao facto de ainda ser um "tabu ter um preservativo em cima da mesa, é tabu eu ter um preservativo na carteira, é tabu ir a farmácia comprar", e falta o exemplo dos nossos governantes que deveriam fazer o teste naturalmente e divulgar o resultado publicamente.*

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 02 →

→ continuação Pag. 01 - Mulheres nos centros de decisão em Moçambique não são totalmente sensíveis à igualdade de género

A verdade em cada palavra.

BBM Pin: 2804949C WhatsApp: 84 399 8634

Clotilde Malate Noa, Oficial de Programas na organização não governamental Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) constata que é preciso repensar as estratégias de comunicação para o uso do preservativo, masculino e feminino, como forma de prevenção não só do VIH/Sida mas também de gravidezes indesejadas e de Infecções de Transmissão Sexual pois não tem sido aferido até que ponto os vários grupos alvos assimilam as mensagens que estão a ser transmitidas.

“Por exemplo em relação ao preservativo feminino, nós temos os ritos de iniciação, é cultural. Até que ponto nós conseguimos introduzir o preservativo feminino numa formação com as conselheiras dos ritos de iniciação, se até em relação ao masculino há dificuldades. A nível da sociedade civil e do Governo também há dificuldades de penetração nesses círculos muito fechados, muito conservadores para transmitir esse tipo de informações” declara Clotilde que no entanto reconhece que alguma coisa está “a falhar na estratégia de comunicação porque não sentimos que há muita mudança principalmente quando falamos de raparigas e mulheres, que são quem tem os índices mais elevados, são as mais vulneráveis e olhamos para essas práticas todas, sócio-culturais, e não estamos a conseguir penetrar por aí. Nós formamos sim as conselheiras, as matronas a nível da base e elas transmitem os seus conhecimentos mas até que ponto é que elas estão cometidas. Será que ela quando vai fazer os ritos usa os preservativos”, questiona-se a activista dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Relativamente à pouca receptividade ao preservativo feminino Maira Domingos não tem dúvidas que deve-se ao receio dos homens em perder o controlo do acto sexual. “São as desculpas que nós inventamos para encarar o que é novo, o que é novo é sempre assustador. É assustador para a construção masculina de sexualidade, em termos de poder e controlo, porque é um método feminino, então isso assusta, é como se esvaziasse um pouco a essência do controlo masculino sobre a sexualidade, o próprio domínio e a sensação de que tem tudo sob controlo. Isso tem a ver com desconhecimento, porque quando a



mulher ou o homem conhecem o preservativo entendem que afinal de contas não precisávamos ficar com tanto medo. Mas tudo gira à volta do controlo”, esclarece a coordenadora do programa sobre Direito Sexual e Reprodutivo do Fórum Mulher.

De acordo com Clotilde Noa contribui ainda para a elevada taxa de seroprevalência em Moçambique a atitude que os cidadãos mantêm em relação aos preservativos e cita uma das estratégias usada pela Tailândia, que tinha taxas elevadas de VIH mas conseguiu baixar drasticamente, como exemplo a ponderar, “por todo o sítio em que tu andavas tinhas um preservativo, então deixou de ser um tabu. Para nós ainda é um tabu ter um preservativo em cima da mesa, é tabu eu ter um preservativo na carteira, é tabu ir a farmácia comprar então quebraram esses tabus todos e conseguiram”.

**“Hoje a imagem que eu tenho de um ministro ou de um vice é completamente diluída, é de um vazio”**

Além do tabu, relativamente aos preservativos, a Oficial de Programas na MULEIDE destaca a falta de atitude positiva dos governantes moçambicanos em darem o exemplo de irem a uma unidade sanitária fazerem o teste e, independente do resultado, divulgarem-no. “Não tem que ser publicidade mas uma atitude de boa prática que tu vês a nível da comunidade e imitas, se o teu líder comunitário for fazer o teste naturalmente tu vais segui-lo. Esta consciência dos nossos líderes também é muito importante para a transmissão de boas práticas”.

Esta ideia de falta liderança por

parte dos políticos moçambicanos é comungada por Maira Domingos que vai mais longe afirmando que há um vazio pois “há 30 anos atrás eu tinha uma imagem do que era um Presidente da República, um primeiro-ministro, um ministro tinha esta ou aquela característica mas isso tudo foi abaixo. Acredito que as pessoas da minha geração estão mesma situação que a minha, nós não temos ideal comum. Nós precisamos de construir um ideal sobre aquilo que nós queremos para o país porque não estamos a perseguir nada. Hoje a imagem que eu tenho de um ministro ou de um vice é completamente diluída, é de um vazio. Não representa aquilo que nós fomos construindo, de que de facto ser um dirigente de uma nação significa ter esse perfil, está um vazio. Se estas pessoas que deviam ser estas referências nós não as temos que lições nós deixamos para as gerações mais jovens” interroga-se a jovem activista que acrescenta “Nós não temos lideranças, temos alguns chefes, que publicamente tem um discurso que se esvazia na sua prática quotidiana”.

A coordenadora do programa



sobre Direito Sexual e Reprodutivo do Fórum Mulher sustenta as suas afirmações citando uma célebre intervenção de Aiuba Cuereinea, antigo ministro da Planificação e Desenvolvimento que durante um fórum do Observatório do Desenvolvimento disse, em 2012, que “Falamos do aumento do VIH-SIDA. Esquecem que o VIH se contrai no quarto e o Governo não está no quarto”. Segundo a nossa entrevistada o então ministro não estava a brincar mas realmente acreditava naquilo que declarou.

“E a prática que nós tivemos recentemente na discussão do anteprojecto do Código Penal mostrou isso. Quando os deputados tentaram dar “rasteira” à Constituição da República dizendo que não era crime se o violador casasse com a vítima, é ridículo. A maior parte das vítimas são menores e a maior parte dos violadores são casados, é uma desculpa tão rudimentar que não cabe na cabeça de alguém sensato que tem a responsabilidade de cuidar das leis e garantir que elas sejam implementadas e que elas sejam justas. Então estou a mostrar esta incoerência entre aquilo que os parlamentares se propõem a realizar e como eles se propõem a desresponsabilizar, é uma cultura de gerar tubos de escape constantemente nas leis que permita que no lugar de haver responsabilização para quem de facto deve ser responsabilizado não seja” declara Maira Domingos.

**Existem deputadas no Parlamento que sentem que têm a obrigação “de servir o marido”**

As representantes da Rede de defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, questionadas

pelo @Verdade se esta falta de sensibilidade relativamente aos assuntos do género era exclusiva dos homens não hesitam elucidar-nos.

“Nós as vezes nos enganamos pensando que sendo um assunto das mulheres todas elas vão ficar sensíveis, isso não é verdade. Porque primeiro é preciso que eu (mulher) vivo uma situação de desigualdade, porque nós precisamos de reivindicar”, diz Maira esclarecendo que “A minha situação de desigualdade pode ser uma coisa que tradicionalmente eu reconheça que tem que ser assim é o que aconteceu no debate da Lei da Família, com as deputadas nós compreendemos isso. Muitas se refugiavam que elas cresceram aprendendo que era preciso servir o homem, então para isso o processo tinha que ser outro. Nós aí estávamos a fazer uma discussão muito política sobre porque era importante Moçambique ter uma Lei (da Família)”.

Segundo a activista embora as deputadas da Assembleia da República de Moçambique não dependem economicamente dos seus esposos várias delas ainda sentem que têm a obrigação “de servir o marido, mesmo chegando tarde em casa têm que preparar a água do banho e fazer todos aqueles cuidados e atenção que lhe disseram que aquele é o papel da mulher e, se não fizer, ela pode perder o seu marido”.

Clotilde Noa não só alinha pelo mesmo diapasão como ainda acrescenta que quando é preciso serem aprovados assuntos que interessam as mulheres antes do interesse das próprias deputadas existe a “disciplina partidária que é muito forte”.

“Mesmo a Organização da Mulher Moçambicana é aparentemente forte, é forte politicamente porque elas é que fazem a campanha do partido Frelimo mas em termos de tomada de decisão já não é tão forte assim como parece. Elas estão lá nos lugares de tomada de decisão mas quantas mulheres fortes tens nos locais de tomada de decisão nos partidos. Há partidos que nem têm representação feminina”, conclui a activista de defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres em Moçambique.